



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

***OCCASIONAL PAPER N.º 44***

**A UNIÃO EUROPEIA E AS SOBERANIAS POLÍTICAS**

*Patrícia Daehnhardt*

20 | Novembro | 2009

Há dias quando comentava as comemorações dos 20 anos da queda do muro de Berlim e a unificação alemã relembra uma resposta do antigo Primeiro-ministro britânico Edward Heath à pergunta se apoiava a perspectiva de unificação. “É claro que sempre apoiámos a unificação alemã – porque sabíamos que ela não iria acontecer.”

Ao ouvir os nomes que os chefes de governo dos 27 países membros da UE ontem escolheram para os cargos de Presidente permanente do Conselho da UE e Alto Representante para a política externa as palavras de Heath pareciam de novo fazer sentido. “É claro que sempre apoiámos a unificação europeia” terá passado pela cabeça de alguns altos representantes políticos europeus – “porque sabíamos que ela não iria acontecer.”

Por outras palavras, enquanto o projecto europeu de uma União Europeia estava na sua fase de infância os líderes políticos competiam para demonstrar quem era o melhor europeu. Mitterand e Kohl desdobravam-se em afirmações sobre a unificação da Europa. Chirac e Schroder contiveram o seu entusiasmo mas não deixaram de promover a causa europeia. Com Merkel e Sarkozy o ritmo é diferente e o conteúdo também: à União para o Mediterrâneo de Sarkozy, Merkel respondeu com a Parceria

Oriental, ambos os projectos se inserem numa área de política externa da UE, a política de vizinhança. Isto demonstra que quanto mais perto se chega à concretização daquilo que inúmeros políticos europeus tinham defendido durante décadas, a UE não só vê reforçada a componente intergovernamental, como acontece com o Tratado de Lisboa prestes a entrar em vigor, como vê escolhidos para os dois cargos mais elevados para prestigiar a UE no palco internacional Herman Van Rompuy, como Presidente permanente do Conselho Europeu, e Catherine Ashton, como Alto Representante para a Política Externa, dois políticos cujas competências políticas não se pretende aqui julgar mas que, até há muito pouco tempo, quase ninguém conhecia.

A mensagem que estas escolhas traduzem não passa despercebida: o Tratado de Lisboa não irá invalidar o poder dos estados-membros, e apesar da visibilidade dos dois cargos, o poder de decisão continua a estar junto dos estados-membros. Assim, ao mesmo tempo que a UE vai institucionalizando os cargos que lhe devem atribuir uma maior presença no palco internacional, os seus estados-membros não se abstiveram de escolher para esses cargos pessoas que podem controlar, garantindo assim que perante a pretensão de uma política externa europeia quem tem as rédeas do poder continuam a ser as principais capitais europeias, a começar por Paris e Berlim.